

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (ARG) SEBASTIAN ALEJANDRO MUSA

O PLANEJAMENTO ARGENTINO NA RECUPERAÇÃO DAS MALVINAS EM 1982:

Um caso do planejamento e desenho operacional.

Rio de Janeiro
2015

CC (ARG) SEBASTIAN ALEJANDRO MUSA

O PLANEJAMENTO ARGENTINO NA RECUPERAÇÃO DAS MALVINAS EM 1982:

Um caso do planejamento e desenho operacional.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1 FN) José Claudio Da Costa Oliveira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2015

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e meus três filhos, em especial a Juanito, um guerreiro da vida que me entrega diariamente seu exemplo e é minha constante motivação;

Aos Veteranos da Guerra de Malvinas e a seus caídos, fonte de estímulo profissional e motivo de orgulho;

A meus companheiros de turma, por sua amizade, confiança e apoio;

A minha grande família, pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, por estar sempre nos apoiando.

RESUMO

No ano 1982 produziu-se um fato militar histórico que envolveu a dois países ocidentais, assinantes da Carta das Nações Unidas, com relações diplomáticas e económicas estáveis e em aparente relação cooperação entre eles. A República Argentina recuperava as Ilhas Malvinas, mediante uma operação conjunta realizada em forma supressiva e sem produzir baixas pessoais ou materiais, após 150 anos de ocupação por parte de Grande Bretanha.

Essa manobra operacional foi planificada tendo em conta as diretrizes do poder político e convertendo o idioma estratégico em operações e objetivos. Essa forma de conduzir e planificar as operações conhece-se atualmente como Arte operacional e as ferramentas para levar a cabo são os elementos do desenho operacional.

Esse estudo tentará demonstrar como no conflito pelas Ilhas Malvinas, os Comandantes Operacionais argentinos planificaram e levaram adiante a operação de recuperação das Ilhas, utilizando esse método de planeamento, que ainda não figurava na doutrina desse momento, conseguindo uma operação exitosa que se converteu em objeto de estudo num grande número de casas de altos estudos militares.

Palavras-Chave: Ilhas Malvinas. Argentina. Grande Bretanha. Operações Conjuntas. Arte operacional. Desenho operacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	O PLANEJAMENTO E OS ELEMENTOS DO DESENHO OPERACIONAL.....	8
2.1	Planejamento operacional.....	8
2.2	Desenho Operacional.....	10
2.2.1	Estado Final Desejado.....	12
2.2.2	Centro de Gravidade.....	13
2.2.3	Linhas de Operações.....	15
2.2.4	Esforço Operacional.....	16
2.2.5	Guerra de Manobra.....	17
3	PLANEJAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS ILHAS MALVINAS.....	18
3.1	Antecedentes políticos e diplomáticos do caso Malvinas.....	18
3.2	Um Planejamento preventivo: busca da solução diplomática por outros meios..	20
3.3	O Planejamento Operacional: a orientação para a acção.....	25
4	CONCLUSÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	35
	LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	37
	ANEXO 1.....	38

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Desde o começo da História Militar como disciplina, procurou-se compreender o que sucedeu nas guerras e como se preparar para ter sucesso. Essa busca, que em tempos antigos se centrava na análise puramente histórica, mudou com o decorrer do tempo o produto que cada conflito armado trouxe como característica que o fazem único e sem repetição. Desta feita, surge o dito de “não preparar para a guerra que já aconteceu, e sim se preparar para os conflitos que podem ir a acontecer”.

Esta forma de pensar começou a plasmar-se no livro “Da Guerra” (1832) do General Von Clausewitz, cuja obra orientou aos pensadores militares até nossos dias. Nessa obra, o general prussiano ordena em oito livros todos seus estudos sobre a guerra, introduzindo conceitos totalmente revolucionários e demonstrando que a guerra não é um fato isolado, senão um encadeamento de acontecimentos precisos e sistêmicos que envolvem a todos os atores de um Estado.

A partir de “Da Guerra” os condutores militares e estudiosos dos conflitos começam a aceitar a ideia de que não existe uma fórmula matemática ou uma receita que garanta o sucesso. O máximo que pode se aceitar é um esquema de ideias ordenadas que relacionasse eventos, nos diferentes níveis da condução da guerra, de maneira de permitir focar-se diretamente em as fortalezas (e fraquezas) do inimigo para obter rapidamente a vitória e economizar vidas e meios. A experiência ademais indicava que se tinham obtidos melhores resultados quando se envolviam todas as forças armadas de um Estado, com um efeito multiplicador de esforços. Nasce assim o conceito de operação conjunta e um novo nível na condução das operações que vincula ao nível estratégico superior (o político) com o nível inferior que leva adiante as ações (o tático), chamado nível operacional e unido a esse, a forma de planificar as ações: o planejamento operacional.

Este estudo da guerra se focou em encontrar lições aprendidas. No âmbito militar as lições aprendidas podem ser definidas como conhecimentos de validade comprovada, derivados da análise de operações, exercícios ou outros eventos, destinados a atualizar a doutrina, táticas, organização, logística, a fim de melhorar a eficiência nas operações e no prontidão para a ação.

Vários artigos e trabalho foram escritos a respeito das lições aprendidas no conflito armado entre Argentina e Grã Bretanha pelas Ilhas Malvinas, em 1982, entre os quais figuram “Cem dias” do Almirante Sandy Woodward (britânico) e “Não vencidos” do Almirante Horacio Mayorga (argentino). Os países que estudaram e produziram a maioria deles são: Argentina, o Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA); os dois primeiros com participação direta no conflito. Também fizeram muitos outros países, que não tiveram participação direta nessa guerra, demonstrando um grande interesse pelas experiências vividas pelos contendentes, especialmente por ser uma guerra convencional, de curta duração e por estados que mantinham uma relação aparentemente cooperativa. Os Estados que intervieram diretamente no conflito se preocuparam por reunir as experiências vinculadas com a interação entre o nível estratégico militar e o nível operacional.

A motivação que originou e orientou esse trabalho é conhecer se ou planejamento e desembarco argentino nas Ilhas Malvinas foram cumprindo ou atual desenho operacional para converter-se num caso exitoso, ainda sem se conhecer esse modo de planeamento operacional.

O caminho traçado para o atingimento de nosso objetivo foi a realização de uma pesquisa descritiva sobre um caso. Para tanto, nos apoiamos no marco teórico do Professor Milan Vego e do Almirante Roberto Pertusio e diferentes publicações doutrinárias brasileiras e internacionais sobre o tema para, descrever nosso objeto de pesquisa e analisar o planejamento e o desembarco argentino nas Ilhas Malvinas como exemplo de uma operação de uma força armada específica que se transforma em conjunta através do planejamento operacional. A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, a introdução que ora se apresenta.

Ou segundo capítulo propõe descrever ao planeamento operacional como uma ferramenta para poder achar soluções complexas, num ambiente de incerteza. Tentar-se-á apresentar os níveis da condução na guerra e quais são suas relevâncias, fazendo ênfase no nível operacional. Para conseguir entender o planejamento operacional, serão descritos os elementos que formam o desenho operacional. Utilizaremos como marco teórico o ponto de vista do Professor Milan Vego (Escola de Guerra Naval da Armada de Estados Unidos) e do

Almirante Roberto Pertusio (Escola de Guerra Naval dá Armada dá República Argentina) e diferentes publicações doutrinárias brasileiras e internacionais sobre o tema, tomadas como fontes bibliográficas pela cátedra de Estratégia Operacional da Escola Superior de Guerra Naval dá Marinha do Brasil, para poder entender diferentes visões que descrevem o componente conceptual numa operação e compreender como se inter relacionam.

No terceiro capítulo será estudado o planejamento que se levou a cabo até conformar a operação com a que Argentina recupera as Ilhas Malvinas. Considerassem-se os antecedentes políticos e diplomatas, as diretrizes da estratégia militar que foram dadas ao Comandante do Teatro de Operações para iniciar seu planejamento e o consequente conceito orientador do Comandante para iniciar o estudo das futuras linhas de operações.

Para finalizar serão apresentadas, no quarto capítulo, as conclusões finais que foram extraídas das definições estudadas no segundo capítulo com o caso de exemplo dele capítulo seguinte. Ademais serão introduzidas as linhas de pesquisa que podem se abrir a partir deste trabalho.

CAPÍTULO 2- O PLANEJAMENTO E OS ELEMENTOS DO DESENHO OPERACIONAL.

Esse capítulo propõe descrever ao planejamento operacional como uma ferramenta para poder achar soluções complexas, num ambiente de incerteza. Tentar-se á apresentar os níveis da condução na guerra e quais são suas relevâncias, fazendo ênfase nele nível operacional. Para conseguir entender o planejamento operacional, serão descritos os elementos que formam o desenho operacional. Utiliza se como marco teórico aos autores Milan Vego e Roberto Pertusio, além de publicações doutrinarias brasileiras, argentinas e estadunidenses, para poder entender diferentes visões que descrevem o componente conceptual duma operação e compreender como se inter-relacionam.

2.1. Planejamento operacional.

Chamamos Planejamento Operacional a uma particularização do planejamento num nível da condução específico, sendo este o que se desenvolve no Nível Operacional e se situa entre os níveis estratégico e tático, com a função de enlaçá-los, levando a teoria do nível estratégico à prática do nível tático (DE VERGARA, 2003).

Entendemos que o planejamento tem sua razão de ser ante a existência de um problema que se precisa resolver, e para isso se deve empregar um método de planejamento, que é um processo lógico e racional que nos permitirá obter a melhor solução possível.

Então, ao referir o planejamento e centrar no nível operacional, observamos duas características que o qualificam:

- a) O problema a resolver é complexo;
- b) O planejamento encontra-se imerso numa situação de incerteza.

A complexidade do problema a que fazemos referência se deve ao nível de condução em que estamos imersos e ao desequilíbrio existente entre as ideias pensadas no nível estratégico e a necessidade de sua aplicação prática no nível tático. Essa particularidade outorga-lhe um valor agregado ao problema a resolver, e é por isso que o chamamos problema complexo, destacando a complexidade desse nível, observamos que “as ações neste nível têm

uma dimensão mais ampla que na tática e asseguram a logística e o apoio administrativo às forças táticas” (DE VERGARA, 2003).

O planejamento operacional é em essência conjunto, porque requer da participação efetiva de todas as Forças Armadas para levar a cabo a concepção e o posterior desenvolvimento integrado do plano de campanha (EMCFAA, 2013). Assim mesmo é a ferramenta com que o Comandante Operacional desenvolverá o plano de campanha, com o objetivo de traduzir o Estado Final Desejado do nível superior, no Estado Final Operacional e como será o caminho a percorrer para atingir tal estado.

Clausewitz (1832, citado por Peltzer, 2009) expressava que a arte da guerra se decompõe tática e estratégia. Da mesma forma que a tática ensina o emprego das Forças Armadas no combate e a estratégia o emprego dos combates para atingir o propósito da guerra. A tática interessa-se pela forma dos combates individualizados, e a estratégia interessa-se pela utilização dos resultados da tática. Observamos, nessas afirmações, que no presente continuam tendo vigência, mas sua evolução tem sido evidente.

Ao aprofundar os métodos de planejamento para procurar a solução aos problemas militares complexos observamos que, posteriormente a Clausewitz, vislumbrara a necessidade de contar com um nível de planejamento que articula aos dois níveis mencionados (EMCFFAA, 2013). A necessidade de articular os dois grandes níveis da guerra que mencionava Clausewitz e, por outra parte, a evolução das formas de pensar a guerra e o exercício do comando dos diferentes componentes, deram lugar ao desenvolvimento do planejamento operacional.

O método de planejamento operacional que se emprega nas Forças Armadas Argentinas (em etapa de desenvolvimento e evolução), procura aperfeiçoar o acionar conjunto, estabelece o procedimento e racionamento a empregar para contribuir a uma adequada resolução do comandante. Isso motivou o aparecimento do desenho operacional, como ferramenta que contribui significativamente na concepção, desenvolvimento e coordenações necessárias para conseguir o estado final operacional.

O resultado do planejamento operacional materializa-se no Plano de Campanha. Não obstante a importância do mencionado plano, devemos recordar que nesse nível também

se efetuam os planos de operações e os planos de contingência, ante prováveis desvios ao planejado e como previsão às inumeráveis alternativas que poderão se apresentar. “Não há plano que resista à primeira contingência”¹.

Como num plano de campanha, vamos decompor a manobra operacional em diferentes pontos decisivos, a cada ponto decisivo corresponder-lhe-á um plano de operações para poder especificá-lo.

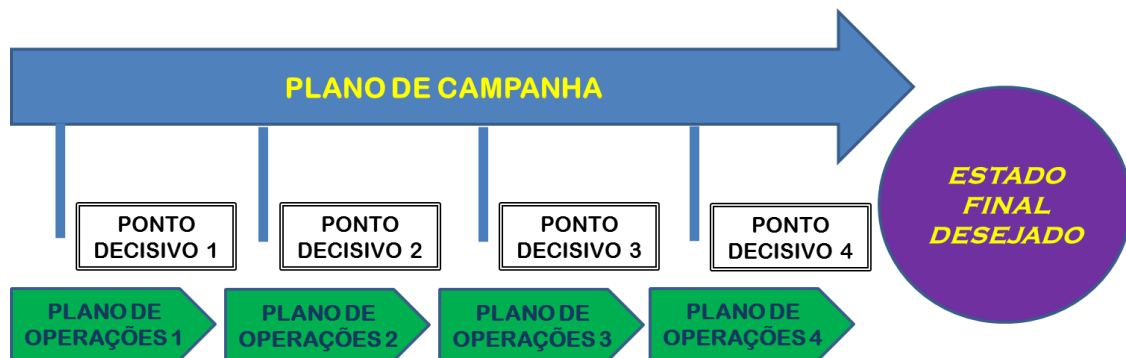


Figura Nro. 1: Planejamento Operacional.

Fonte: Adaptação própria de “De Vergara, Evergisto. A semântica do Caos”.

2.2. Desenho Operacional.

É uma ferramenta que aplicamos no planejamento operacional para desenvolver a estrutura necessária que permita conseguir a solução do problema proposto, harmonizando os recursos disponíveis mediante o desenho criativo dos caminhos a percorrer e as variantes que pudessem surgir, para atingir os fins perseguidos.

A arte operacional tem seu fundamento principal na atividade criativa, que neste caso particular, focamos na criatividade do comandante e seu estado maior para resolver como se podem empregar os meios habilmente para atingir os objetivos operacionais procurados.

O desenho operacional é a resposta, mediante a aplicação prática, harmonizada e metódica do produto criativo que proporciona a arte operacional, que contribui para não perder o enfoque para a solução do problema militar, aplicando todo o esforço intelectual para a confluência do centro de gravidade do oponente, sendo guiados pelo estado final desejado, que pretendemos atingir para finalizar a contingência com sucesso (EMCFFAA, 2013).

¹ Frase adaptada das aulas de Estratégia Operacional (Oliveira, Junstedt) relacionada ao exposto pelo Gral. Moltke (Alemanha, 1800-1891): "Nenhum plano de batalha sobrevive ao contato com o inimigo"(Escola de Guerra Naval, Marinha de Brasil, julho 2015).

Como o oponente também não é estático e procedimental, senão que se trata de uma vontade pensante e contraposta que atua por própria decisão, sabemos que poderá afetar a concepção de nosso desenho operacional. Então o desenho não se deve tomar com rigidez, já que poderá mudar e redirecionar-se conforme evolua a situação. Nesse raciocínio, partimos da ideia de que o oponente estará desenvolvendo mentalmente seu próprio desenho operacional para afetar nosso centro de gravidade, produzindo uma sorte de “conflito de cérebros”, em que *não é o homem que sabe mais o que triunfa, senão o que sabe melhor*².

Jomini (citado por Peltzer, 2009) afirmava que se a arte da guerra consiste em levar a maior força possível no ponto decisivo do Teatro de Operações, a eleição da linha de operações (em seu caráter de meio primário para obter este fim) deve ser vista como fundamental no desenho de um bom Plano de Campanha.

Para desenvolver o desenho conceitual da campanha, empregam-se os elementos de desenho operacional, os descritos no Manual de Estratégia Operacional da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil³, os quais têm agrupado de acordo ao seguinte quadro para facilitar sua análise:



Figura Nro. 2: Elementos do Desenho Operacional.
Fonte: Elaboração própria.

Para compreender como se inter relacionam os elementos do desenho operacional, vamos desenvolvê-los conceitualmente, tendo como base os definidos na publicação

² Palavras do Ministro da Marinha Argentina Capitão de Navio Eleazar Videla, em seu discurso durante a inauguração da Escola de Guerra o 30 de Julio de 1934, que hoje constituem o lema dessa Escola.

³ O Manual de Estratégia Operacional (Vol I) - “Componentes dá Estratégia Operacional”, faz parte da bibliografia obrigatória da matéria “Estratégia Operacional” na Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil.

mencionada anteriormente e sob a óptica de Milan Vego e Roberto Pertusio, que representam dois pontos de vista próximos conceitualmente, mas com diferentes enfoques: o primeiro para forças armadas com capacidades de emprego global e o outro autor com uma visão mais adaptada a um alcance regional; seria a visão ideal, por um lado e o alcançável, mais realista à situação sulamericana por outro.

2.2.1 Estado Final Desejado

Estado Final é a situação política ou militar a ser alcançada ao final das operações e que indica se o efeito desejado foi alcançado. Esse é um elemento de soma importância dentro do planejamento porque nos indica para onde temos que orientar nossa campanha e o que temos que mudar de nossa situação atual para conseguir uma nova realidade, nosso estado final militar (MD35-G-01, 2011).

Pertusio não se adentra nesse tema compondo para ele dando uma definição distintiva a este elemento, mas, em seus escritos fala da “finalidade da guerra” como essa nova situação atingida ao finalizar a manobra operacional, quando se conseguem os objetivos previstos para esse conjunto de forças ou esforço (PERTUSIO, 2009).

Esse conjunto de condições necessárias que define a realização de todos os objetivos militares será reflexo também do estado final estratégico. Para atingir tais condições, o Comandante Operacional deverá impor critérios de máxima, o cumprimento total do objetivo operacional e de mínima, onde se assegure que o inimigo não vai ter a capacidade de influir eficazmente em nossa campanha. Esses critérios deverão estar enlaçados com os objetivos, ser mensuráveis e distintos uns de outros. (US JCS /JP5, 2011)

- Objetivo estratégico militar:

Como se pôde observar no ponto precedente, a finalidade da guerra ou o estado final desejado é estabelecido pelo nível estratégico político. Sua forma de expressão para o nível estratégico militar chama-se Objetivo Estratégico Militar que representa os objetivos militares que conquistados, cumprem com os critérios dessa campanha (EGN 601, 2012).

O objetivo estratégico militar obedece a um critério imposto pelo poder político (nível estratégico) e faz-se visível quando segue a linha de condução e passa pelo nível estratégico militar para o Comandante do Teatro de Operações. Esse enlace deve ser concreto,

sem ambiguidades e cumprir uma condição obrigatória: “o poder político não deve demandar ao âmbito militar o que é impossível de cumprir” (Lidell Hart apud PERTUSIO, 2005 p. 31).

- Objetivo Operacional:

É a forma definida e concreta que adquirem os objetivos que impõe o Comandante do Teatro de Operações (ou Comandante Operacional) a suas forças subordinadas, para atingir o Objetivo Estratégico Militar. Esses podem ter diferentes naturezas materiais ou intangíveis (valores, forças, lugares ou espaços), mas têm que ficar inequivocamente definidos e conhecidos por todos. (EGN 601, 2012).

Esses objetivos vão fazer parte de uma corrente de objetivos que, cumpridos em forma sequencial, vão conseguir o estado final operacional. Os objetivos invariavelmente vão estar separados em tempo e espaço, já que seria impossível cumpri-los a todos em forma simultânea. Alguns vão tomar uma maior relevância, chamados Objetivos Principais porque exigirá um maior esforço para seu cumprimento e os que contribuem a atingir o propósito mas não são parte do esforço principal, serão objetivos secundários (EGN, 601, 2012).

2.2.2. Centro de Gravidade

Este conceito nasce na genialidade de Von Clausewitz e sua noção sobre o “schwerpunkt”, definida como “o que é crucial para o equilíbrio de um corpo”⁴. É o conjunto de características, capacidades e fontes de poder, dos quais um sistema (nação, aliança, força militar, e outro grupo) deriva sua liberdade de ação, força moral ou física e vontade de atuar. É o ente primário que possui a capacidade inerente de atingir o objetivo (EMCFFAA, 2013).

Ele conforma o ponto de decisão principal, tanto da defesa como do ataque, já que dele emana a fortaleza de um e de outro. Este existe em todos os níveis da condução da guerra, e cada um deles deve estar definido para orientar as ações, aumentando sua relevância à medida que se vai subindo dentro da cada nível de condução da guerra (PERTUSIO, 2009).

No nível estratégico, os centros de gravidade geralmente são de caráter não material. É o que motiva e influi na liderança do poder político, militar, econômico e social de um estado em conflito. Na medida em que se desce no nível de condução tornam-se mais

⁴ Definição do dicionário alemão "Duden (2014) - Schwerpunkt: der für das Gleichgewicht eines Körpers ausschlaggebend ist. (tradução nossa)

físicos e visíveis para onde todas as energias devem ser dirigidas, passando a ser para o nível operacional e tático um elemento físico e material, geralmente meios e tropas, que mantêm uma capacidade essencial do inimigo a ser atacada (ou defendida no caso da sua própria força) (HOWARD E PARET,1984).

O nível estratégico militar impõe os objetivos a serem atingidos dentro de um teatro de operações e seu comandante operacional deverá identificar o centro de gravidade do inimigo, para onde dirigirá sua manobra estratégica operacional. Por outro lado, esse comandante e seu estado maior deverão conhecer perfeitamente o próprio, para defendê-lo ou protegê-lo da ação inimiga.

Um centro de gravidade corretamente selecionado deveria conseguir que o inimigo perca sua energia ou ímpeto que lhe impeça continuar eficazmente suas ações, para o qual deve ser um objetivo material possível de ser cumprido com os meios próprios à disposição do comandante operacional e dentro de seu alcance (PERTUSIO, 2005).

Um Centro de Gravidade manifesta-se num tempo e espaço determinado por meio de seus fatores críticos, que permitem visualizar a capacidade, as vulnerabilidades e os requerimentos críticos que permitem a manifestação do centro de gravidade. Estes fatores definem-se da seguinte maneira:

- Capacidades Críticas são os atributos ou habilidades primárias de um centro de gravidade, que o constituem como tal e que permitem a ele funcionar num cenário, situação ou missão dada.
- Requerimentos Críticos são aquelas condições, recursos e meios que são essenciais para que uma Capacidade Crítica seja completamente operacional.
- Vulnerabilidades Críticas são aqueles Requerimentos Críticos ou elementos componentes deles, que apresentam fraquezas ou são vulneráveis à neutralização ou destruição, de tal forma, que pode impedir que o Centro de Gravidade se sustentasse ou adquira sua Capacidade Crítica (EMCFFAA, 2013).

2.2.3 Linhas de Operações

É aquela linha que liga uma série de ações definitivas e decisivas, normalmente dependentes umas de outras, direcionadas para os objetivos operacionais. Essas linhas vão

conter-se os pontos decisivos que separam as forças subordinadas das do inimigo, nas dimensões de tempo e espaço (JCS/JP5, 2011).

Os Comandantes aplicam-nas para aplicar o esforço de combate, nas três dimensões do espaço para convergir para o centro de gravidade do inimigo (EGN 601, 2012), procurando neutralizar, deslocar ou avariar a moral, para conseguir o efeito desejado militar.

- Ponto Decisivo: É uma condição (vinculada a um espaço ou localização geográfica, um acontecimento específico chave, um sistema de capacidades, ou função crítica) que quando é atingida num tempo dado, permite aos comandantes obter uma vantagem marcada sobre o oponente, e influir de sobremaneira no resultado de uma manobra operacional, ou da campanha (EMCFFAA, 2013).

- Alcance Operacional: É a capacidade de atuar dentro de uma distância compatível com a magnitude e apoios da força para obter os Pontos Decisivos.

Seguindo um esquema de pensamento sistêmico e procurando uma amplitude em nossa percepção da realidade (CORNUT, 2011), observamos que o alcance operacional e o centro de gravidade estarão condicionados reciprocamente, isto é, que a forma com que se procure atacar o centro de gravidade do oponente condicionará o alcance operacional, da mesma forma que o alcance operacional será o limite para conseguir a afetação do centro de gravidade do oponente.

Esse elemento do desenho encontra-se estreitamente relacionado com outros dois elementos do desenho operacional. Esses são a pausa operacional e o ponto culminante.

- Ponto Culinante.

O conceito de ponto culminante foi inicialmente concebido por Karl Von Clausewitz, quem mencionava que:

“Se chegar a um ponto além do qual não ouse ir, se achar que deve estender-se para a direita e para a esquerda para proteger a sua retaguarda, que seja assim: muito provavelmente o seu ataque terá atingido o seu ponto culminante. O seu ímpeto estará exaurido, e se o inimigo ainda estiver intacto não haverá de qualquer modo qualquer futuro neste ataque.” (HOWARD e PARET, 1984,p. 743)

Dessa forma ficou incorporado no vocabulário e na prática militar no ano 1832. No entanto, sua incorporação como elemento do desenho operacional tem sido mais recente,

fins do século XX, em razão de obedecer a um esquema de planejamento que se encontra em desenvolvimento na atualidade.

A doutrina conjunta argentina, define-o como: “o ponto de uma LDO (Linha de Operação)-no tempo e espaço- no qual uma força já não tem capacidade de continuar com sucesso sua forma de operação, seja ofensiva ou defensiva” (EMCFFAA, 2013, p. 70), em que observamos a inter relação com todos os elementos do desenho operacional.

Outra contribuição no ponto culminante, a encontramos numa recente publicação naval que o define como “a situação dada no desenvolvimento de um conflito, na qual a relação de poder entre os atores, [...], impede a um deles [...] manter a atitude estratégica, atitude operacional ou operação tática em curso com razoável expectativa de sucesso, obrigando a avaliar a conveniência de adotar uma mudança de rumo que o preserve de um fracasso altamente provável” (BARRALES, 2013 p.94).

- Pausa operacional: é uma interrupção temporária de certas atividades, durante o curso de uma Linha de Operação ou uma Campanha. As pausas operacionais podem planificar-se previamente ou bem se impor por império da situação (EMCFFAA, 2013).

Ao correr-se o risco que as Forças que se encontra no Teatro de Operações cheguem ao alcance operacional (máximo potencial alcançável para uma força), sim se supera essa etapa, o poder decrescerá gradualmente, dando lugar no ponto culminante, com a conseguinte desarticulação do funcionamento sistêmico e equilibrado das forças e apoios.

A Pausa Operacional no caso será a principal ferramenta com que conte o Comandante para prevenir essa situação e recuperar o máximo potencial da força que conduz.

2.2.4 Esforço Operacional

É a aplicação e/ou concentração de meios, forças ou efeitos num espaço e tempo dados, por meio dos quais um Comandante procura obter resultados favoráveis. Materializam-se por meio das linhas de operações e podem mudar durante a campanha. Podem ser principais e secundários (EMCFFAA, 2013).

O nível superior (nível estratégico militar) será o responsável de destinar ao Comandante do Teatro de Operações os meios e as forças que disporá para sua manobra, porquanto a estratégia maneja o conflito desde outro nível de visão e conhecerá com mais

detalhe, o esforço global. Geralmente no nível operacional, os esforços serão conjuntos, para aproveitar o esforço multiplicador que produz a sinergia de todos os componentes das Forças Armadas de um Estado ao incidir sobre os objetivos operacionais (PERTUSIO, 2009).

2.2.5 Guerra de Manobra

É a maneira de conduzir a manobra, dentro de um Teatro de Operações, para obter no menor tempo possível uma posição relativamente favorável com respeito ao centro de gravidade do inimigo. Normalmente aponta a levar ao inimigo a reagir operacionalmente, para poder manejar os tempos e gerar-lhe novas ameaças. (VEGO, 2004).

Segundo Pertusio (2005,p.198) “ou propósito que persegue a guerra de manobras é gerar na mente do inimigo, muitos centros de gravidade de existência só aparente não vinculados entre si”. Com isso se consegue que o oponente tem que tentar uma solução ao problema proposto, erradamente, para voltar a lhe propor outro cenário, sem ter resolvido o anterior. Essas ações procuram agir mais sobre o componente moral e psicológico que sobre sua resistência física (EGN 601,2011)

CAPÍTULO 3. PLANEJAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS ILHAS MALVINAS

O propósito deste capítulo é estudar o planejamento que se levou a cabo até conformar a operação com a que Argentina recupera as Ilhas Malvinas. Tendo analisado no capítulo anterior os elementos do desenho operacional como eixo orientador, considerassem-se os antecedentes políticos e diplomáticos, as diretrizes da estratégia militar que foram dadas ao Comandante do Teatro de Operações para iniciar seu planejamento e o consequente conceito orientador do Comandante para iniciar o estudo das futuras linhas de operações.

3.1. Antecedentes políticos e diplomáticos do caso Malvinas.

Os antecedentes da usurpação britânica nas Ilhas Malvinas remontam-se ao 2 de janeiro do ano 1833, quando a Corveta “Clio” amarra em Porto Solidão e sua tripulação desembarca e apoiada por seus canhões, toma de refém à pequena população e se atopeia a bandeira britânica. É nesse momento onde muda a fisionomia geopolítica do Atlântico Sul reservada, por história e pela mesma geografia, aos países do continente americano.

A partir desse momento sucedem-se inumeráveis reclamos diplomáticos durante o século XIX por parte da República Argentina, ante o próprio Reino Unido e com o decorrer dos anos, ante a novel Organização das Nações Unidas, tendo seu ponto mais importante em 1964 quando Argentina declara o caso Malvinas como um estado de disputa permanente, devido que a Grã-Bretanha apresenta ante essa Organização uma listagem de futuros territórios a descolonizar, onde aparecem as Ilhas Malvinas (MAYORGA,1998).

A objeção argentina apresentava-se em que essa medida ia ser levada a cabo, tendo em conta a determinação dos islenhos, com o que entrava a questão de “autodeterminação dos povos”⁵. Esta medida não correspondia para o caso Malvinas porque, de acordo a posição argentina, a população que habitava nas Ilhas não era uma população

⁵ Livre-determinação ou autodeterminação significa que as pessoas de uma colônia ou território dependente decidem sobre o estatuto futuro do seu país - Carta das Nações Unidas (San Francisco, 26 de junho de 1945)

nativa, senão que tinha sido fruto de migrações, maioritariamente cidadãos britânicos. Essa observação contou com o apoio de vários Estados pelo que a Assembleia estabeleceu que a disputa se transformasse numa questão “bilateral” e não “trilateral” (os dois países envolvidos mais islenhos como atores independentes) como pretendia o Reino Unido.⁶

A partir dessa interpretação negociadora por parte de Grã-Bretanha, sucedem-se altos e baixos nas relações, devido à influência dos islenhos que pretendiam ter melhoras na relação com a Coroa e um maior apoio por parte desta. Como contrapartida, Argentina começa a demonstrar em ações uma aproximação com os islenhos com ações que servissem efetivamente para melhorar sua imagem.

Em 1972 abrem-se os escritórios em Puerto Argentino de Transportes Navais, serviço marítimo que brinda a Armada Argentina a populações costeiras pequenas para mover carregamentos por mar; inaugura-se a pista de aterragem junta com os escritórios de LADE (Linhas Aéreas do Estado) melhorando sensivelmente o transporte aéreo e a conexão da Ilha com o continente. Ademais se facilitaram os acessos às universidades, ao sistema sanitário argentino; abriram-se convênios postais e aduaneiros para facilitar o comércio e as importações para a população isleña.

Novamente no ano 1976 rompem-se relações por diferentes interpretações de manobras de navios da Armada Argentina com navios de investigação britânicos, onde o Reino Unido chega a destacar dois fragatas e um submarino de propulsão nuclear para “treinar” na zona. Esta situação mantém-se até o ano 1979, onde se voltam a restabelecer as relações diplomáticas e se continuam as conversas, ainda que fossem estéreis e os britânicos não davam mostras de resoluções claras e rápidas (CASTRO, 2002).

Em dezembro de 1981, as partes concordaram reunir na sede das Nações Unidas em Nova York em fevereiro do seguinte ano. A proposta que lhe fez chegar a sua parte

⁶ Asamblea General de 1965, Resolución Nro. 2065.

britânica, do lado argentino, propunha manter as bases que tinham ficado assentadas na Resolução 2065: (MAYORGA, 1998)

- A essência do problema era a soberania.
- As conversas deviam continuar sendo bilaterais.
- Deviam-se ter em conta os interesses dos isleños e não seus desejos

O governo argentino, representado por uma Junta Militar a cargo do General Galtieri, à luz dos fracos resultados pela via diplomática, pôs em aviso aos Chefes das Forças Armadas para que atualizassem e previssem uma ação militar sobre Malvinas, em data a determinar. Os diferentes governadores britânicos nas Ilhas, advertiam sobre a possibilidade de uma escalada militar por parte de Argentina, ainda que durante esse verão a insistência foi maior.

Concluídas as conversas o 27 de fevereiro de 1982, onde não teve respostas convincentes e interessadas pelos britânicos, o governo argentino alentou a Grã-Bretanha a tratar os temas mais importantes, entre eles a soberania das Ilhas, manifestando que, de não obter uma resposta satisfatória, “reservava-se o direito de pôr termo ao funcionamento desse mecanismo de reuniões e adoptar os passos mais convenientes a seu próprio interesse”. (MAYORGA, 1998).

3.2 Planejamento preventivo: a solução diplomática por outros meios

Visto que as negociações pela soberania das Ilhas Malvinas não avançavam no ritmo e direção que o nível estratégico político argentino pretendia, o Comité Militar, encabeçado pelo General Leonardo Fortunato Galtieri, decidiu abrir alternativas, dentro de seu diagrama esquemático, para ter diferentes modos de ação prontos a ser utilizados.

Ordenou-se incrementar as opções diplomáticas viáveis para que Grã-Bretanha adoptasse o texto da Resolução ONU 2065 e discutissem na mesa de trabalho uma solução definitiva sobre a soberania das Ilhas. Por outro lado, conforme ao passo das negociações,

dispôs iniciar um planejamento para encontrar uma solução militar a um problema complexo. Um dos dois caminhos ia levar a resolver este conflito e fazer que o Reino Unido se sentasse a negociar seriamente o assunto da descolonização e a devolução das Ilhas à República Argentina (BUSSER, 2007).

Antecipando a essa resolução o Comandante em Chefe da Armada Argentina, Almirante Jorge Isaac Anaya, quem ademais era parte da Junta Militar que conduzia ao Estado argentino no nível estratégico político, lhe ordenou em forma pessoal ao flamante Comandante de Operações Navais, Vice-almirante Juan J. Lombardo, a atualização dos planos para a recuperação das Ilhas Malvinas em meados de dezembro de 1981. Isto não foi um ato fortuito já que Anaya conhecia profundamente o caso Malvinas e recebia, junto aos outros membros do Comité Militar, as atualizações do ministério de Relações Exteriores sobre as negociações com o Reino Unido.

Para esta tarefa o Vice-almirante Lombardo recebeu uma diretiva inicial do chefe da Armada com três premissas a ser cumpridas em forma terminantemente estritas (MAYORGA, 1998):

- a) Devia-se manter um total secreto sobre o planejamento e o objetivo final, pelo que só podiam participar o menor grupo de pessoas possíveis, ficando circunscrito a seus Almirantes subordinados ou seja os comandantes de seus elementos componentes do Comando de Operações Navais: a Esquadra de Mar, a Aviação Naval e os Fuzileiros Navais.

- b) Para a operação a planificar-se deveria utilizar-se a mínima violência necessária para sua realização, já que estava a recuperar-se solo argentino e todo o que tinha nesse lugar, habitantes e suas posses, era considerado como próprio. Para isso, a surpresa e o velo da operação deveriam ser mantidos até o final.

- c) Os planos deveriam estar prontos antes do 31 de março de 1982 e se devia prever manter tropas na Ilha para sua ocupação.

Recebidas as considerações preliminares do nível superior, Lombardo e seu estado maior, começaram a planificar em Puerto Belgrano⁷ e obtiveram uma primeira aproximação à solução do problema: a Armada estava em capacidades de cumprir a missão em forma individual já que mediante uma operação anfíbia e utilizando todos seus componentes, se conseguia o objetivo.

Isso levou aos planificadores a propor duas situações a ser resolvidas pela corrente de comando superior para lhe dar um carácter conjunto à operação. Era necessário para cumprir a diretiva de manter tropas para a ocupação, já que o Exército Argentino contava com quatro vezes mais homens que os Fuzileiros Navais e por outro lado ia ser politicamente melhor aceita pela população, a visão de um trabalho em equipa da Junta Militar (MAYORGA, 1998).

O 12 de janeiro de 1982, na reunião semanal da Junta Militar, tratou-se fora de agenda a situação Malvinas. Ante a apreciação que as negociações diplomáticas seguiam prejudicando os interesses argentinos e as propostas elevados por Lombardo a seu Comandante em Chefe, decidiu-se conformar um grupo de trabalho conjunto para planificar uma operação militar nas Ilhas. Como tarefa principal, este grupo de planeamento devia determinar a factibilidade da operação, ainda que sem uma data definida para ser levada a cabo (RATTENBACH,1983)

A direção do grupo ficou em mãos do Gral. Osvaldo García (Comandante do Vto. Corpo de Exército) e completavam o grupo o Brigadeiro Maior Sigmund Plessl (Comandante de Instrução da Força Aérea) e o Vice-almirante Lombardo representando às outras duas forças armadas argentinas. O resultado do trabalho foi tomando forma e concluiu, a fins de janeiro no que se denominou Diretiva Estratégica Nacional N° 1/82, aprovada finalmente pela Junta Militar em 16 de março.

⁷ A Base Naval de Porto Belgrano está localizada na provincia de Buenos Aires, a 700 km ao sul da capital da República Argentina. É a base principal e sede operativa da Armada Argentina e a têm seus assentamentos os Comandos da Frota de Mar, da Aviação Naval e dos Fuzileiros Navais.

Paralelamente em Porto Belgrano, o grupo de assessores que trabalhava apoiando a tarefa do Vice-almirante Lombardo (seus três comandantes subordinados), iam adiantando o planejamento operacional, já que conheciam as diretrizes estratégicas militares que iam tomando forma no planejamento superior e tinham rápido acesso ao General García para ir concordando a operação a nível conjunto, como o comando do 5to Corpo de Exército tinha sua base na cidade de Bahia Blanca, distante só a 30 km. Ademais isto ajudava a manter o estrito segredo ordenado, porque a distância com Buenos Aires e as sedes dos Comandos em Chefe da cada força evitava qualquer suspeita ou pergunta inoportuna (BUSSER, 2007).

Para o 6 de março, as 3 Forças Armadas em forma independente, foram aprovando o Plano Esquemático, que tinha sido terminado de redigir o 25 de fevereiro. Nesse Plano previa-se um pré-aviso de 2 semanas para as operações e que estas não iam começar antes do 15 de maio. Nesse Plano também se determinava que a operação ia ter dois esforços: um principal realizado com uma operação anfíbia e um secundário através de uma operação aerotransportada, com a participação de elementos da Armada, Exército e Força Aérea (mais adiante neste trabalho, serão explicadas com detalhe).

Até esse momento, tinham-se cumprido com as providências e os planejamentos que se tinham resolvido, passando por alto os atritos que costumam aparecer entre as Forças nesses casos, guiados por um objetivo nacional em comum como era recuperar as Ilhas Malvinas. Mas teve um incidente que ia alterar o planejado: um empresário argentino, Constantino Davidoff, tinha comprado instalações em desuso, nas Ilhas Georgias do Sul⁸ e contratou um transporte da Armada Argentina para que levassem a equipe para desarmá-lo e seu pessoal.

Davidoff tinha pedido todas as permissões necessárias para o trabalho na embaixada britânica em Buenos Aires e através do escritório em Porto Argentino de

⁸ Islas que forman el archipiélago de las Shetland del Sur, a unas 400 millas náuticas de Malvinas y bajo dependencia administrativa de Puerto Stanley (Puerto Argentino).

Transportes Navais, os pedidos para operar com o navio na zona, como vinha se fazendo habitualmente. Quando desembarcaram em Georgias e começaram a trabalhar, os funcionários argentinos atopetaron uma bandeira argentina no lugar e numa oportunidade caçaram cervos, coisa que foi tomada pelo administrador da ilha como uma usurpação e gerou uma escalada diplomática com Londres, deteriorando as relações bilaterais conseguidas, que culminou com o envio do navio polar “Endurance”⁹ para retirar aos argentinos à força e o fechamento dos escritórios de LADE em Porto Argentino (MAYORGA, 1998)

Esses fatos foram os disparadores da ação: o 26 de março de 1982 a Junta Militar decide levar adiante o plano de retomar as Ilhas Malvinas, como parte da estratégia nacional para recuperar definitivamente a soberania sobre as Ilhas. As motivações que levaram a essa decisão foram as suspeitas que o Reino Unido ia aproveitar a situação nas Georgias para adoptar medidas que evitassem uma possível ação militar argentina.

Como síntese final dessa reunião de gabinete, se conformou o Teatro de Operações (TO) “Malvinas” e aprovaram-se as seguintes resoluções:

- 1) Aprovou-se a Diretiva Estratégica Militar N° 1/82, que continha os objetivos políticos e estratégicos militares, resoluções e instruções de coordenação.

-2) Aprovou-se o Plano Esquemático de Campanha, que continha a missão estratégica operacional, sua organização e o conceito da operação.

-3) Foi selecionado como Comandante do TO ao Gral. García e seus comandantes operacionais subordinados: Gral. Daher (Terrestre), Brigadeiro Castelhanos (Aéreo), Contralmirante Allara (Naval) e o General Menendez (Governador Militar).

- 4) Ficou definido o 1 de abril como no dia D (dia de início das operações) da operação “Azul”, como era conhecida nesse momento ¹⁰(RATTEMBACH, 1983).

⁹ Navio da Real Armada Britânica que se mantinha em estação na zona de Malvinas durante o verão, fazendo apoio e actividade científica.

¹⁰ A operação chamou-se finalmente “Rosario”, mudança que se efectuou em navegação para as Ilhas, em honra à Virgen do Rosario, a quem as tropas argentinas lhe pediam sua protecção.

3.3 Planejamento Operacional: a orientação para a acção

Para dar solução a um problema militar complexo que abarca uma operação onde participam as três forças armadas de um país, geralmente Armada, Exército e Força Aérea se utiliza o Planejamento Operacional (como fosse visto no capítulo 2 deste trabalho). De acordo com a doutrina brasileira, a ferramenta utilizada para ordenar conceitos e ideias é o Processo de Planejamento Conjunto (PPT) e está dividido em 3 fases: o exame da situação, a elaboração dos planos e ordens e o controle da operação planejada (MD30-M-01, 2011)

Nesse nível, reforça-se a ideia de que o Comandante deve pôr toda sua experiência e conhecimentos para orientar a seu estado maior, a encontrar a melhor solução ao problema, com os meios disponíveis. Para essa tarefa, o Comandante do Teatro de Operações deverá entender, visualizar e descrever o ambiente que o rodeia para que as diretivas sejam únicas, claras e inequívocas (MD CIDOC, 2015)

Como se comenta no final da secção anterior, o Grupo de Trabalho a cargo do Gral. García confeccionou e desenvolveu as diretivas estratégicas que se converteram no propósito do planejamento operacional. Depois de realizar uma correta análise da situação, transformou-se num Plano Esquemático de Campanha, como resultado da elaboração dos planos necessários para levar adiante a operação e servir de comunicação direta com seus subordinados, quem vão transformar esse conceito operacional em ações tácticas.

Na análise da DENAC 1/82 desprendem-se os seguintes conceitos que orientam a acção operacional:

- Objetivo Político: “Consolidar a soberania argentina nas Ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sur e contribuir a afirmar seu pleno exercício no Atlântico Sul”.
- Resolução Estratégica Nacional: “[...] ante a evidente e reiterada falta de progresso das negociações com Grã-Bretanha para conseguir o reconhecimento de nossa soberania [...] prever o uso do poder militar para o lucro do objetivo político [...]”
- Objectivo Estratégico Militar: “Impor a Grã-Bretanha a aceitação de uma situação militar de fato, que dê solução definitiva ao pleno exercício da soberania argentina nas Ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul e impeça novas tentativas de usurpação, a fim de especificar o objetivo político”.

- Resolução Estratégica Militar: “Planear e alistar uma força conjunta prevendo seu emprego em forma supressiva, no momento e circunstâncias mais favoráveis para o lucro do objetivo estratégico militar” (DENAC 1/82, 1982)¹¹.

A DENAC 1/82 ademais continha os objetivos que o nível estratégico político lhe alocada a outras áreas que conformam o poder de um Estado, nesse caso o Estado argentino, para apoiar a resolução militar e ir trabalhando simultaneamente, em forma política, nas áreas de interior, relações exteriores e economia. Esses objetivos, que pertencem a outras agências do governo, têm como finalidade o mesmo objetivo político que a campanha militar, isto é, transitam em faixas paralelas orientados ao estado final político que impõe o nível estratégico político. Estas linhas de ação não serão discutidas por não fazer parte do objetivo deste trabalho.

Tendo recebido as diretrizes estratégicas, os planejadores se abocaram à tarefa de traduzir os objetivos estratégicos do Teatro de Operações, numa série de objetivos operacionais, que deveriam ser cumpridos mediante diferentes esforços e grandes operações (VEGO, 2004). O resultado foi uma manobra operacional que contava com dois esforços: o principal concebido como uma operação anfíbia que poria à massa das tropas argentinas sobre o terreno malvinense e um esforço secundário de modalidade aero transportada, que utilizaria a velocidade como força para conquistar rapidamente seus objetivos. As premissas mantinham-se: o segredo (que apoiaria a surpresa) e sem derramamento de sangue (MAYORGA, 1998)

Desta maneira ficou elaborado o “Plano de Campanha Esquemático”, como foi denominado pelo Grupo de Trabalho e aceitado pelo Comité Militar, ainda que não se colocou nenhum elemento como um número ou nome à campanha, como geralmente sucede para identificar um plano militar. Do Plano Esquemático desmembrou-se a seguinte informação:

- Missão Estratégica Operacional: “Ocupar e manter as Ilhas Malvinas (Georgias e Shetland do Sul), exercendo simultaneamente o governo militar

¹¹ Tradução nossa.

(de Malvinas) a fim de impor a Grã-Bretanha a aceitação de uma situação militar de fato”.

- Conceito da Operação: “A Força Conjunta executará uma manobra estratégica operacional ofensiva convergente, no dia D, com centro de gravidade em Porto Stanley mediante a execução de duas operações coordenadas: uma operação anfíbia e uma operação de aero desembarco. Serão precedidas por ações [...] ao logro da surpresa e a assegurar uma operação incruenta”. (DENAC 1/82, 1982)¹²

A Campanha foi dividida em 4 fases para seu melhor controle e preparação para a ação. A primeira fase chamou-lhe “Preparatória” e abarcava o tempo desde a recepção da DENAC até finalizar o alistamento da Força Conjunta. Incluía as tarefas logísticas e de coordenação, além dos planejamentos dos elementos táticos. Depois continuava uma fase “Preliminar”, desde o dia que se adoptasse a resolução militar até o dia do desembarco (Dia D). Essa fase continha as manobras de concentração e embarque das tropas e a aproximação para o área de operações. A seguinte fase foi a “Manobra Estratégica Operacional (M.E.O)”, desde o dia D até a ocupação militar do objetivo, onde se executavam as operações e se finalizava com a fase de “Manutenção do objetivo e governo militar” ou a conformação da defesa das Ilhas, cuja duração aclarava “até nova ordem” (DENAC 1/82).

Para que os objetivos fossem únicos e inequívocos, os planificadores utilizaram um conceito dentro do plano ao que chamaram de “Tarefas Particulares” e listaram em forma sequencial para a cada um dos componentes do esforço operacional, como se pode ver a seguir (só analisar-se-ão as inerentes à fase do M.E.O, a partir do dia D):

- Força de Tarefas Terrestre (Exército Argentino):

1) Executar uma operação aero móvel a fim de bloquear o caminho entre Porto Stanley (Argentino) e o quartel dos Marines (2 secções de infantaria).

2) Executar um desembarco em Bahia Fox a fim de ocupar Ilha Gran Malvina (1 companhia de infantaria).

3) Ocupar a casa de governo e deter ao Governador.

¹² Tradução nossa.

4) Aero desembarcar no aeródromo de Pto. Stanley (Argentino) (1 Regimento – 1 companhia).

5) Executar uma operação aero móvel em Ganso Verde a fim de controlar a zona.

- Força de Tarefas Anfíbia (Armada Argentina y Força Aérea)

1) Executar o assalto anfíbio.

2) Capturar os seguintes objetivos: Quartel e efetivos dos Royal Marines, localidade de Porto Stanley (Argentino), Faro San Felipe, contribuir à captura do aeródromo.

3) Controle inicial do povo.

4) Apoiar aos esforços da Força de Tarefas Terrestres (operações aero transportadas) (DENAC 1/82).

Este Plano esquemático agregava também uma secção de Medidas de Coordenação, Logística, Comunicações e anexos sobre a situação estratégica militar (própria e do inimigo) para tratar de esclarecer qualquer dúvida aos comandantes táticos. Numa secção final, Anexo 2, tendo efetuado a análise do Teatro de Operações, surgiram aspectos relativos ao nível estratégico político, que o Comandante do Teatro avaliou fora de seu nível e elevou a decisão de seus superiores a intenção final com respeito à população sobre interrogantes sobre a futura nacionalidade, possíveis movimentações, sistema jurídico ou religião, entre outros.

A supervisão da ação ou o controle da ação planeada começavam para o Comandante do Teatro de Operações e os Comandantes Operacionais subordinados. Esta fase do PPC está unida diretamente à tática, já que a partir do momento que a operação militar está lançada, a cada objetivo operacional converteu-se numa ação eminentemente tática (que não é motivo deste estudo). Mas desenvolveremos brevemente as operações em general a modo de poder exemplificar como se levou a cabo esta etapa do PPC (Ver figura 3, nele anexo 1).

No dia 28 de abril suspenderam de Porto Belgrano as unidades de Força de Tarefas Anfíbia (FTA) que abarcavam um Grupo Transporte (com navios de transporte que embarcam às tropas de Fuzileiros Navais e do Exército que formam a Força de Desembarco¹³), um Grupo Escolta (navios de combate que apoiam e defende ao núcleo da FTA e as operações da FD em terra), um Grupo de Tarefas Especiais (Submarinos que transportaram tropas especiais como Mergulhadores de Combate e Comandos Anfíbios) e um Grupo de Cobertura (Na e Aeródromo e escoltas que brindavam apoio aéreo em profundidade ou longínquo, em caso de ser necessário).

Na tarde anterior ao desembarco, previsto para o 1 de abril de 1982, a Força de Tarefas Anfíbias foi açoiado por um temporal que reduziu sua velocidade de avanço a um terço do previsto e ademais, a força das ondas fez que os helicópteros a ser utilizados nas operações aero transportadas, quedaram avariados. Também o elemento surpresa tinha sido anulado, desde a rádio de Malvinas, o Governador Hunt, informava a seu povo que uma Força Argentina ia para as Ilhas. Ante estas mudanças, o General García e seus subordinados reuniram-se em navegação para modificar o planejado. A fricção¹⁴ da guerra tinha-se feito presente (MAYORGA, 1998)

Tomou-se como resolução que todas as operações que iam ser feitas pelas aeronaves perdidas, maioritariamente do Componente Terrestre (Exército Argentino) iam ser substituídas por veículos anfíbios a lagarta. Iam embarcar, junto com os Fuzileiros Navais nessas viaturas para operar sobre seus objetivos principais e diferir no tempo os objetivos secundários. Ademais se mudava a praia de desembarco para evitar cair para perto da cidade e esperar uma resistência mais forte, que levasse a escalar o nível de violência para forçar a rendição (BUSSER, 2007).

¹³ A Força de Desembarco (FD) é o componente de combate que realiza as operações em terra, tropas terrestres e suas armas de apoio. Sua função é desembarcar dos transportes e combater em terra.

¹⁴ Definição de Clausewitz em su obra Da Guerra: "Fricção é a força que torna difícil aquilo que aparentemente é fácil" (Clausewitz, 1832)

No dia 2 de abril às 0630 horas, o movimento dos veículos de combate para a costa tinha finalizado e a cada componente estava a incidir sobre seu objetivo. Para as 10 da manhã o Governador das Ilhas tinha-se rendido.

Não teve nem se reportaram baixas entre os soldados britânicos ou dos islenhos.

Não teve nenhuma propriedade privada atingida.

Só ficou na história militar argentina, um novo herói, o Capitão de Corveta Pedro E. Giacchino, Fuzileiro Naval e Comando Anfíbio que morreu guiando suas tropas.

Passava se da ofensiva a estabelecer a defesa das Ilhas. A missão estratégica militar tinha sido cumprida.

Capítulo 4. CONCLUSÕES FINAIS

Depois de descrever e entender como se inter relacionam os elementos do desenho operacional, como sustento do planejamento dentro de um Teatro de Operações ou nível operacional, baixo a visão de diferentes autores e doutrinas, se analisou o caso da Guerra de Malvinas.

Percorreram-se os antecedentes políticos e históricos que motivaram ao nível estratégico político da República a procurar uma alternativa a 150 anos de pedidos estéreis mediante a diplomacia formal, em forma bilateral com o Reino Unido e através da Assembleia permanente das Nações Unidas.

Essa alternativa de procurar a diplomacia por outros meios levou à opção de recuperar as Ilhas Malvinas mediante uma operação militar, a qual tinha uma premissa importantíssima: seja qual for o modo de ação dever-se-ia evitar ao extremo gerar baixas nos oponentes e nos islenhos, para que fosse visto ante o mundo como uma recuperação pacífica de seu território e seu direito à soberania sobre eles.

Para chegar a uma solução de um cenário tão complexo, a Junta Militar Argentina designou a um grupo de trabalho composto por Oficiais Gerais Superiores, que em forma secreta, começaram a planificar uma operação conjunta.

Paralelamente no tempo, outra linha de ação diplomática seguia seu trabalho para pressionar ao Reino Unido a sentar numa mesa de negociação e ter definições concretas sobre o futuro a custo prazo da soberania das Ilhas Malvinas.

Ao observar que as conversas diplomáticas voltavam a dilatar a solução em tempo e espaço se decidiu aprovar e materializar um esforço militar sobre o Teatro de Operações “Malvinas”, como foi chamado pelo Comité Militar. Para isto se aprovaram os documentos regulamentares que iam orientar as ações:

- Diretiva Militar de nível estratégico, que envolvia a outras agências do Estado, como Interior, Economia e Relações Exteriores, ao esforço militar.

- Plano Esquemático da Campanha, onde se ampliam e esclarecem os conceitos estratégicos para transformá-los em objetivos físicos aos que se incide mediante os componentes do esforço militar do nível tático.

Para terminar este capítulo listaremos as conclusões às que temos atingido mediante a relação entre o marco teórico do desenho operacional e o caso do conflito Malvinas para tratar de resolver os objetivos propostos para este trabalho:

1. O estudo do desenho operacional é uma ferramenta muito útil que facilita o desenvolvimento do planejamento operacional e contribui significativamente a direcionar os esforços para o centro de gravidade do oponente em forma clara e inequívoca para os Comandantes Operacionais subordinados. Observamos que a atividade criativa interage com a aplicação prática durante todo o processo de planejamento, em onde se produz o montagem entre a arte operacional e o desenho operacional. O Grupo de Trabalho que foi conformado para a solução do problema militar em Malvinas, teve que maximizar estes conceitos ao ter uma fortíssima restrição de evitar por todos os meios ter baixas de tropas britânicas ou ilhenhos, que podiam fazer pensar à opinião pública mundial que a recuperação das Ilhas tinha sido violenta e o Reino Unido era o bando atacado.

3. A interdependência dos elementos do desenho operacional responde a um razoamento sistémico, porque a cada um de seus elementos componentes depende e/ou afeta ao outro. Observa-se na figura 3 como o autor modificou a maneira que se apresentam os elementos do desenho nos manuais doutrinários. Como exemplo o Estado Final Desejado não pode estar presente à mente do planificador se não se enlaça com o Objetivo Estratégico Militar (OEM) e com o Objetivo Operacional (OO): na Missão Estratégica Operacional do Plano Esquemático de Campanha o propósito do OO é a tarefa do OEM. Nele caso do Centro

de Gravidade, este se apoia suas capacidades críticas sustentadas pelos requerimentos críticos e a falta de alguns deles gera uma vulnerabilidade crítica. Analisá-los em forma individual impede ver o enlace entre eles. No caso das linhas de operações, que servem para entrelaçar os objetivos principais e secundários, sem ter a perspectiva do alcance operacional, os objetivos que sirvam como pontos decisivos e ver a possibilidade de planificar uma pausa de combate para não atingir um ponto culminante, não se poderia levar a cabo essa visualização geral que desenha um plano de operações (Ver Figura 1).

4. A evolução no tempo dos conflitos armados, motiva a revisão e análise de cada elemento do desenho operacional, para conhecer como foram influenciados por novos fatores que deverão ser atualizados conforme evoluam os conflitos. No caso do ponto culminante este autor difere de colocá-lo como um elemento que seja uma ferramenta para o planificador. O ponto culminante é uma situação à qual se chega por fatores externos às quais um não tem o controle nem a maneira do fazer ló, como a ação de inimigo ou fatores fortuitos como a meteorologia. Como está proposto atualmente, o Comandante quando analisa e prepara a operação poderia inferir quando seu esforço atingiria o ponto culminante mas este é uma consequência de fatores externos e não um fim em se mesmo. Para o estudo de nosso caso, uma vez conquistados os OO, caiu o CDG que era Puerto Stanley (Argentino). A partir desse momento, cumprindo com o Plano Esquemático de Campanha, passou da ofensiva a montar a defesa das Ilhas, isto é que se mudou a atitude operacional e as tropas não tinham passado mais de 3 horas em combate, não tinham atingido seu ponto culminante.

5. No Plano Esquemático de Campanha contém-se aos elementos do desenho operacional de forma natural sem detalhar nenhum deles. No conceito da operação referem a Porto Stanley (Argentino) como o Centro de Gravidade. É um objetivo físico que concentra o poder e onde reside sua liberdade de ação. Ali encontra-se o Governador (representante da Coroa Britânica), é a cidade mas importante e controla os acessos à Ilha desde o exterior

(aeroporto e cais). Quando se descrevem as “tarefas particulares” e listarem-se os objetivos, são todos pontos decisivos: caminho de rendimento a Porto Stanley, Quartel dos Royal Marines e seus efetivos, Istmo, Aeródromo e Faro San Felipe. Todos eles sustentam ao centro de gravidade ou seja se listam as vulnerabilidades críticas, se se neutralizam e conquistam, cai o centro de gravidade: Porto Stanley (Argentino).

À vista das conclusões podemos finalizar dizendo que se cumpriu a hipótese proposta como motivação deste trabalho, já que no planejamento da recuperação das Ilhas Malvinas se utilizaram os elementos do desenho operacional, ainda sem estar definidos como lhos conhece na atualidade, atuando de forma conjunta para conseguir uma manobra operacional, baseada na rapidez e flexibilidade que permitiu atingir o objetivo estratégico operacional e cumprir com as exigências do nível estratégico político.

Por último, surgem novas linhas de pesquisa para aprofundar a análise do caso Malvinas, já que esse trabalho só se limitou ao planejamento e recuperação das Ilhas. Para ser tidas em conta em futuras pesquisas sobre a matéria, poderia se analisar o que sucedeu no planejamento operacional da seguinte manobra estratégica operacional sucedida depois do 2 de abril, que foi a defesa das Ilhas ante a reação britânica.

REFERENCIAS

- ARGENTINA. *Bases para el pensamiento estratégico*. 1 ed. Buenos Aires. Escuela Superior de Guerra “Tte. Gral. L. M. Campos”. 1993.
- ARGENTINA. RC 00-02 *Diccionario para la acción militar conjunta*. Buenos Aires. Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas. 1999.
- ARGENTINA. MC 20-01 (Revisión) *Manual de Estrategia y Planeamiento para la Acción Militar Conjunta-Nivel Operacional – La Campaña*. Buenos Aires, Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas. 2013.
- ARGENTINA. *Directiva Estratégica Nacional N°1/82*. Buenos Aires. Comité Militar. Disponible em: www.casarosada.gob.ar/gobierno-informa/25773-informe-rattenbach). Acceso em: 20 de julho de 2015.
- ARGENTINA. *Plan Esquemático de Campaña 1982*. Buenos Aires. Disponible em: www.casarosada.gob.ar/gobierno-informa/25773-informe-rattenbach). Acceso em: 20 de julho de 2015
- BARRALES, Jorge Paulo. *Punto Culminante y Estado Final Deseado*. Buenos Aires. Boletín del Centro Naval. Nro 835. Jan-Feb. 2013
- BRASIL. *Manual De Estratégia Operacional - Componentes Da Estratégia Operacional*. 1 ed. Rio de Janeiro. Marinha do Brasil EGN. 2011
- BRASIL. *MD30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas –Vol.1,2, e 3*. 1 ed. Brasília. Ministerio da Defesa 2011
- BRASIL. *MD35-G-01 Glossario das Forças Armadas*. 1 ed. Brasília. Ministerio da Defesa. 2007
- BRASIL. *Nota Escolar N° 2 - O Componente Conceitual Do Planejamento Operacional*. 2 ed. Rio de Janeiro. Ministerio da Defesa CIDOC. 2015
- BUSSER, Carlos. *Reflexiones y experiencias sobre la recuperación de las Malvinas*. Buenos Aires. Boletín del Centro Naval. Nro 818. Set-Dez. 2007
- CASTRO, Jorge. *Significado Estratégico de la Guerra de Malvinas: A veinte años del Conflicto*. Buenos Aires. Revista Archivos del Presente. Julio. 2002. Pag.7
- CORNUT, Hernán. *El Pensamiento Sistémico como Marco Conceptual de la Acción Militar Conjunta*. Revista de la Escuela Superior de Guerra. Nro 578. Mai-Ago 2011. p.31.
- DE VERGARA, Evergisto. *La semántica del Caos*. Buenos Aires. La Stampa. Revista “Visión Conjunta, Nro 6. 2012. p. 10.
- DE VERGARA, Evergisto. *El Planeamiento Operacional*. Instituto de Estudios Estratégicos de Buenos Aires. Nov 2003. Disponible em: <http://www.ieeba.com.ar/docu/EI%20Planeamiento%20Operacional.pdf>. Acceso em: 12 de julho 2015

DE VERGARA, Evergisto. *Los niveles de la guerra o del conflicto*. Instituto de Estudios Estratégicos de Buenos Aires. Nov 2013. Disponível em: <http://www.ieeba.com.ar/docu/Los%20niveles%20de%20la%20guerra%20y%20del%20conflicto.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

ESTADOS UNIDOS DE NORTEAMÉRICA. JP5-00-01. *Joint Operational Planning*. Joint Chiefs Of Staff. Washington. 2011.

FRANÇA, JUNIA.VASCONCELLOS, ANA. Manual para normalização de Publicações Técnico-Científicas, 8va Edição, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

MAYORGA, Horacio. *No vencidos*. 1 ed. Buenos Aires. Grupo Editorial Planeta. 1998

PELTZER, Juan Felipe. *Jomini & Clausewitz en la Doctrina Operacional Argentina*. 1 ed. Buenos Aires. Editorial Universitaria del Ejército. 2009. p.135

PERTUSIO, Roberto. *Estrategia Operacional*. 3 ed. Buenos Aires. Centro Naval, Instituto de Publicaciones Navales. 2005.

PERTUSIO, Roberto. *Un ensayo sobre estrategia operacional a nivel regional*. 3 ed. Buenos Aires. Centro Naval, Instituto de Publicaciones Navales. 2009.

RATTENBACH, Benjamin. *Informe de la Comisión de análisis y evaluación de las responsabilidades políticas y estratégico militares en el conflicto del Atlántico Sur*. 1982. Disponível em: www.casarosada.gob.ar/gobierno-informa/25773-informe-rattenbach). Acesso em: 5/07/2015

VEGO, Milan. *Operational Warfare*. 2 ed. Newport. NWC. 2004.

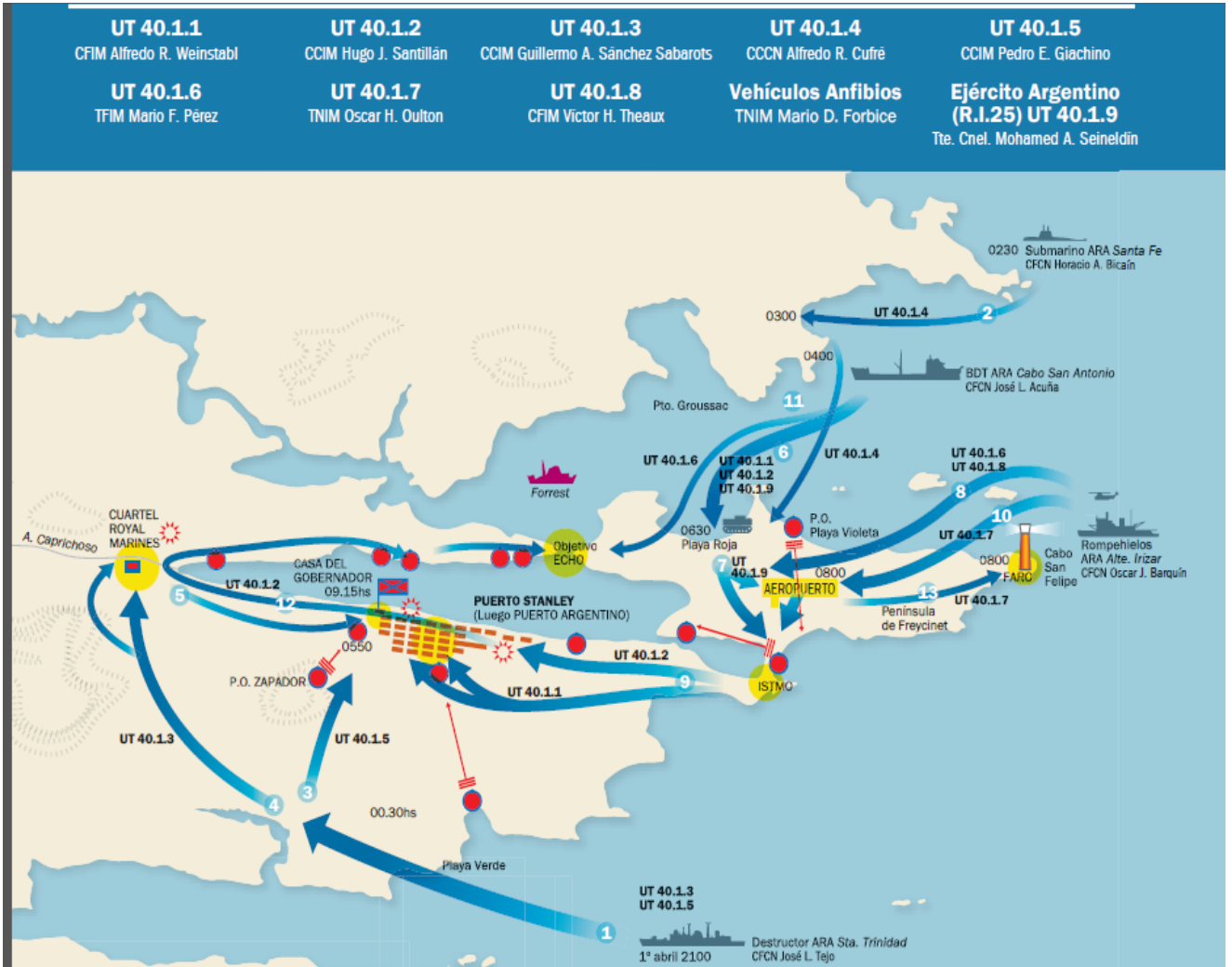
VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. Tradução de CMG Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro. Versão em inglês de MICHAEL HOWARD e PETER PARET, original em alemão, EGN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Planejamento operacional.....	11
Figura 2	Elementos do Desenho Operacional.....	12
Figura 3	Calco Operacional da Manobra nela Recuperação das Ilhas Malvinas.....	39

ANEXO 1

FIGURA 3. Calco Operacional da Manobra na Recuperação das Ilhas Malvinas



Fonte: Boletín del Centro Naval. Nro 818. Set-Dez. 2007. p. 64.